

FOLHA BANCÁRIA

Sindicato dos Bancários de Presidente Prudente e Região - CUT- Abril de 2025 - Nº 881

ENTIDADES INICIAM NEGOCIAÇÕES COM O BANCO DO BRASIL PARA FORTALECER A CASSI



Um passo fundamental para garantir a solidez do plano de saúde dos associados, considerado um patrimônio do funcionalismo do Banco do Brasil foi dado na quarta-feira (2), com a instalação da mesa de negociação para discutir a perenidade e sustentabilidade da Caixa de Assistência dos Funcionários do BB (Cassi). A abertura das rodadas contou com a presença da vice-presidente Corporativa do Banco do Brasil, Ana Cristina, acompanhada por diretores e gerentes das áreas envolvidas no tema.

Também participaram dirigentes da Cassi, incluindo o presidente Cláudio Said, que apresentou a situação atual da entidade e suas perspectivas futuras. Said destacou a visão plurianual para os resultados financeiros e reforçou a decisão da gestão de manter o projeto de atenção primária à saúde, apesar da projeção de déficit. Além disso, abordou a recomposição da rede de atendimento, o volume de consultas na CliniCASSI, a redução de atendimentos em pronto-socorro e internações, bem como os avanços no uso de inteligência artificial para a gestão de autorizações e no gerenciamento de risco da população assistida.

As entidades representativas dos funcionários estiveram presentes na negociação, incluindo a Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT), Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Empresas de Crédito (Contec), Associação Nacional dos Funcionários do Banco do Brasil (Anabb), Associação dos Antigos Funcionários do Banco do Brasil (AAFBB) e a Federação das Associações de Aposentados e Pensionistas do Banco do Brasil (FAABB). Membros da Comissão de Empresa dos Funcionários do

BB também participaram desta primeira rodada.

Os representantes dos funcionários ressaltaram a necessidade de buscar soluções sustentáveis para a Cassi, destacando a importância de um modelo viável a longo prazo. Eles enfatizaram que o momento e o ambiente são favoráveis a um processo negocial que leve a uma solução conjunta e perene. Como a Cassi é uma entidade de autogestão e uma construção coletiva, a participação ativa dos associados será essencial para seu fortalecimento. O engajamento do funcionalismo nos debates e nas decisões será determinante para garantir transparência e encaminhamentos que atendam aos interesses de todos.

A coordenadora da mesa de negociação e da Comissão de Empresa do Banco do Brasil, Fernanda Lopes, reforçou a responsabilidade compartilhada entre funcionários e BB para garantir a sustentabilidade da Cassi. "Nosso interesse é garantir que a Cassi, fundada por nós funcionários, continue sendo o melhor plano de saúde, inclusive considerando os resultados financeiros. É responsabilidade de todos os participantes cuidar para que a Cassi seja perene e atenda os funcionários da ativa, aposentados e seus dependentes da melhor maneira. Não é só uma responsabilidade dos funcionários, mas também da empresa. A consulta passa pelo corpo funcional, então é preciso que todos entendam o momento que a Cassi está vivendo", afirmou.

Durante as discussões, foi lembrado que existe uma mesa específica para tratar do direito de os funcionários egressos de bancos incorporados terem acesso à Cassi. O Banco do Brasil firmou um compromisso em acordo coletivo para apresentar uma proposta sobre o tema até julho de 2025.

Próxima reunião – A próxima rodada de negociações está prevista para o dia 22 de abril. As entidades representativas manterão os funcionários atualizados através de seus canais oficiais, reforçando a importância de obter informações de fontes confiáveis e evitar desinformação e a propagação de notícias falsas.

IMPOSTO DE RENDA

CENTRAIS SINDICAIS PEDEM A MINISTROS ISENÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA SOBRE PLR



Além de elevar a faixa de isenção para quem ganha até R\$ 5 mil por mês, a reforma do Imposto de Renda (IR) deve isentar a participação nos lucros ou resultados (PLR), defenderam representantes de centrais sindicais e de movimentos sociais.

Eles se reuniram na terça-feira, 25 de março, com os ministros da Fazenda, Fernando Haddad, e da Secretaria-Geral da Presidência da República, Márcio Macedo, no Palácio do Planalto.

No encontro, Haddad explicou a proposta de reforma do Imposto de Renda enviada na semana pas-

sada ao Congresso Nacional. O ministro também pediu apoio das centrais ao projeto de lei.

Atualmente, a PLR de até R\$ 7.640 é isenta de Imposto de Renda. Acima desse valor, incide a tabela progressiva de 7,5% a 27,5%. Pela proposta dos sindicatos, o Imposto de Renda deixaria de incidir sobre qualquer valor.

As centrais sindicais fizeram outros pedidos. As entidades querem incluir nas deduções do Imposto de Renda despesas com certificação e qualificação profissional em tecnologia da informação.

Segundo as entidades, o setor é importante para o desenvolvimento do país e tem a previsão de empregar 800 mil pessoas nos próximos anos.

Haddad não concedeu entrevista à imprensa após o encontro. A Secretaria-Geral da Presidência da República publicou informações sobre a reunião e quais entidades participaram do encontro.

O ministro Márcio Macêdo e representantes dos movimentos sociais destacaram a importância do diálogo e da reforma do Imposto de Renda para o combate às desigualdades sociais no país, conforme material divulgado.

MERCANTIL DO BRASIL

COE MERCANTIL COBRA MAIS SEGURANÇA EM REUNIÃO COM A NOVA GERÊNCIA DE RH

A Comissão de Organização dos Empregados do Mercantil (COEBMB) se reuniu com o banco, por videoconferência, para conhecer a nova Gerência de RH, na quarta-feira (19). A representação dos trabalhadores aproveitou a oportunidade para cobrar do banco mais segurança nos postos de atendimento avançado (PAAs).

Depois da apresentação da nova Gerência de RH, a COE reforçou a necessidade de maior responsabilidade do Mercantil quanto à segurança de trabalhadores e clientes nos PAAs que, desde 2024, operam sem vigilantes. "Apesar da legalidade da

ausência dos vigilantes armados nos PAAs, a direção do banco precisa entender que a vida vale mais que o lucro! Garantir um ambiente de trabalho seguro é essencial", destacou Vanderci Antônio, funcionário do Mercantil e coordenador nacional da COE Mercantil.

Os representantes dos trabalhadores também cobraram mais transparência nas campanhas de premiação do Mercantil. "Existem muitas denúncias relacionadas à alteração de metas e isso não pode acontecer", explicou Marco Aurélio Alves, funcionário do banco e dirigente sindical.

MANTENHA-SE INFORMADO

www.bancariosprudente.org.br

IMPOSTO DE RENDA

MEDIDA DO GOVERNO FEDERAL, SE APROVADA NO CONGRESSO, BENEFICIARÁ A CATEGORIA BANCÁRIA COM ISENÇÃO E REDUÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA

AMPLIAÇÃO DA ISENÇÃO DO IR. SIMULAÇÃO DOS IMPACTOS

SALÁRIO BRUTO (R\$)	IRRF 2026 SEM DESCONTO	DESCONTO DA PROPOSTA	IRRF 2026 COM DESCONTO	ACRÉSCIMO MENSAL NA RENDA	ACRÉSCIMO ANUAL NA RENDA
3.036	0,00	0,00	0,00	-	-
3.500	39,76	39,76	0,00	39,76	530,02
4.000	114,76	114,76	0,00	114,76	1.529,77
4.500	200,39	200,39	0,00	200,39	2.671,23
5.000	312,89	312,89	0,00	312,89	4.170,82
5.500	436,80	234,66	202,14	234,66	3.128,05
6.000	562,64	156,44	406,20	156,44	2.085,35
6.500	680,89	78,22	602,67	78,22	1.042,69
7.000	799,14	00,00	799,14	-	-

*Estimativas feitas pela Subseção do DIEESE na CONTRAF-CUT
WWW.CONTRAF-CUT.COM.BR



A nova medida do governo federal sobre o Imposto de Renda traz uma boa notícia para a categoria bancária. Aproximadamente 30% dos trabalhadores do setor serão diretamente beneficiados pela reforma tributária proposta, com isenção total para uma parte significativa da categoria e uma redução considerável para outra.

Cerca de 13,4% dos bancários terão isenção completa do Imposto de Renda, enquanto 16,8% verão uma diminuição substancial no valor do imposto devido. Essa medida traz alívio para muitos bancários, permitindo que uma parcela significativa da categoria retenha mais de sua renda líquida.

A principal intenção dessa mudança é aliviar a carga tributária sobre os trabalhadores de menor renda, favorecendo principalmente aqueles que estão na base da pirâmide salarial bancária. Essa isenção e redução podem representar um aumento importante no poder de compra de muitas famílias de bancários, permitindo uma melhora nas condições financeiras e na qualidade de vida.

O Projeto de Lei 1.087/2025, enviado ao Congresso Nacional, propõe que rendimentos mensais de até R\$ 5 mil sejam isentos de Imposto de Renda, a ser implementado a partir de 2026, caso seja aprovado. A medida prevê beneficiar diretamente cerca de 26,1 milhões de pessoas, um aumento significativo em relação aos 9,7 milhões de isentos antes das mudanças de 2023.

A proposta também visa aumentar a progressividade do sistema tributário, com a cobrança mais alta sobre os rendimentos de quem ganha acima de R\$ 600 mil anuais (R\$ 50 mil mensais), incluindo rendimentos provenientes de aluguéis e dividendos.

Em contrapartida, para quem recebe entre R\$ 5.000,01 e R\$ 6.999,99, será aplicada uma redução sobre o imposto devido, além da manutenção de alíquotas progressivas a partir de R\$ 7.000,00 mensais.

Benefícios Diretos para os Bancários

Para a categoria bancária, essa medida é um avanço significativo, como destaca o pesquisador do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), Alisson Droppa: "A ampliação da isenção do Imposto de Renda para quem ganha até R\$ 5 mil mensais representa um avanço significativo para os bancários. Cerca de 30% da categoria será diretamente beneficiada pela medida. Com menos imposto descontado, os trabalhadores terão mais recursos para seus gastos essenciais, lazer e investimentos," destaca Droppa

Além disso, o Projeto de Lei busca equilibrar a carga tributária e combater a regressividade do sistema, que historicamente tem onerado mais as faixas de renda mais baixas. A mudança traz a oportunidade de corrigir distorções históricas no sistema tributário, especialmente a defasagem da tabela do Imposto de Renda, que não foi ajustada adequadamente ao longo das últimas décadas.

O Impacto da Reforma no Sistema Tributário

Atualmente, o sistema tributário brasileiro é considerado regressivo, com grande dependência de tributos indiretos que prejudicam principalmente as faixas de renda mais baixas. Para os bancários, a isenção para quem ganha até R\$ 5 mil mensais representa um passo importante em direção à justiça fiscal. Já aqueles com rendimentos mais altos, como os dividendos, enfrentarão um ajuste para garantir que contribuam de maneira mais equitativa para a arrecadação.

Além disso, o governo propôs uma tributação adicional sobre rendimentos elevados, com expectativa de gerar uma receita de R\$ 25,22 bilhões anuais, além de R\$ 8,9 bilhões provenientes da tributação de 10% sobre remessas de dividendos ao exterior. Essas mudanças visam reduzir a desigualdade social e garantir que as faixas de renda mais altas também cumpram seu papel no financiamento de serviços públicos e políticas sociais, promovendo um sistema tributário mais justo e equilibrado.

COE ITAÚ COBRA MUDANÇAS NO PROGRAMA GERA E REAJUSTE DA PCR



A Comissão de Organização dos Empregados (COE) do Itaú se reuniu na quarta-feira (2) com a direção do banco para debater os problemas apontados no último Encontro, incluindo questões relacionadas ao programa GERA e ao pagamento da Participação Complementar nos Resultados (PCR).

Durante a reunião, o banco informou que já está implementando melhorias no canal “Fale com o GERA”, ferramenta específica para encaminhamento de reclamações sobre o programa. Segundo os representantes do Itaú, cerca de 100 agências registram queixas mensalmente e estão sendo trabalhadas para resolução. A proposta do banco é simplificar o funcionamento do GERA.

No encontro, o banco admitiu que algumas produções demoram a ser computadas no programa, como no caso da lista VAI, cujo prazo para registro da produção do primeiro contato é de sete dias. Além disso, a COE questionou o fato de as metas trimestrais estarem sendo cobradas mensalmente, com pontuação elevada, sempre acima de 1.000 pontos. Em resposta, o responsável pela área explicou que existe apenas um relatório mensal para que os funcionários acompanhem seu desempenho, mas reconheceu que alguns gestores utilizam esse relatório como meta mensal, gerando cobranças excessivas e pressão no ambiente de trabalho.

A COE apresentou um exemplo de cobrança abusiva em uma região específica, que foge totalmente das regras do programa. "Temos que denunciar ao banco o ranqueamento, a exposição de funcionários em alguns locais e a gestão do programa GERA de forma assediadora", destacou a coordenadora da COE Itaú, Valeska Pincovai.

Outro problema levantado foi a punição no Sistema de Qualidade de Vendas (SQV). Atualmente, se um funcionário é punido em uma agência e poste-

riormente transferido, ele carrega essa punição para o novo gestor e unidade. O banco alegou que essa prática leva em consideração a lotação do empregado no momento da aplicação.

Além disso, a COE questionou a ausência de remuneração dos ANS no segmento empresas em relação ao GERA, o impacto da transferência de funcionários e a mudança de porte das agências nas metas. O Itaú se comprometeu a debater esses pontos em uma próxima reunião, na qual também apresentará informações sobre a gestão do programa, sua comunicação interna, avaliação e treinamentos.

Descomissionamento e rebaixamento de cargos

Outro tema importante abordado foi o crescente número de bancários rebaixados de cargo. Segundo a COE, em diversas regiões, gerentes estão sendo descomissionados para o cargo de Assistente de Negócios (AN), com jornada de seis horas. O banco justificou que essas decisões ocorrem porque os trabalhadores não estariam desempenhando a função conforme os requisitos estabelecidos, e que essa prática está respaldada pela Reforma Trabalhista.

Rejeição da proposta de PCR

O Itaú apresentou uma proposta de reajuste da Participação Complementar nos Resultados (PCR):

2025: Reajuste do INPC (4,17% em janeiro)

Até 23% de ROE: R\$ 3.831,48

Acima de 23% de ROE: R\$ 4.016,15

2026: Reajuste conforme a categoria.

A COE rejeitou a proposta imediatamente, argumentando que o reajuste precisa valorizar os trabalhadores, especialmente diante do alto lucro que o banco tem registrado nos últimos anos. "Os bancários do Itaú merecem respeito! O banco precisa valorizar aqueles que trabalham duro para que ele alcance lucros exorbitantes. Não é justo que os trabalhadores adoçam para bater metas e não sejam reconhecidos como deveriam", reforçou Valeska.

Uma nova reunião será agendada para que a COE apresente novamente suas reivindicações sobre o PCR. "O encontro foi positivo porque conseguimos debater os problemas e angústias dos funcionários com o objetivo de construir soluções para os trabalhadores", concluiu a coordenadora da COE Itaú.